

CONSTRUTORA SULTEPA S/A
CNPJ 89.723.993/0001-33 – NIRE 43 3 0000235 7
COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas (“SULTEPA”), em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à sua apreciação o Relatório da Administração as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2014, e suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International) Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício 2013, exceto quando especificado o contrário.

1. PERFIL:

A SULTEPA iniciou suas atividades em 1956. É uma empresa de infraestrutura que atua no ramo da construção, e tem em seu portfólio a realização de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões, barragens e montagens industriais.

Além dessas atividades engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, locação de equipamentos e montagens industriais.

2. CENÁRIO EM 2014:

O crescimento da economia previsto para o exercício de 2014 ficou abaixo da expectativa. A evolução dos principais indicadores esperados para 2014, não se concretizaram, principalmente voltados para setor externo e setor público. O setor de infraestrutura continua passando por momentos difíceis e incertos no País, decorrentes do corte de investimentos.

A demora nas licitações e atrasos no início de obras, bem como atrasos nos pagamentos dos serviços executados, vem prejudicando o faturamento da companhia, principalmente, na rentabilidade das obras. E em 2015 não deverá ser muito diferente.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:

Apesar de grandes mudanças implantadas pela atual Diretoria, no decorrer dos exercícios de 2013 e 2014, como a consolidação de grande parte do processo de reestruturação, nos cargos de gestão, paralisação de obras que não estavam gerando lucro, troca de sistemas e controle rigoroso de custos, não foram suficientes para uma melhora dos índices econômicos financeiros. Esperamos para o segundo semestre de 2015 e o início de 2016, uma melhora significativa nos resultados do **GRUPO SULTEPA**.

Em 2014, receita bruta atingiu R\$ 103,8 milhões quando 2013 foram de R\$ 164,4 o que significa uma queda no crescimento na ordem de 36,86%.

O lucro bruto correspondeu a R\$ 1,8 milhões em 2014 já em 2013 foi de R\$9,6 com uma variação negativa na ordem de 81,30%.

O resultado líquido consolidado foi de R\$ 21,2 milhões negativos, e em 2013, foi de R\$ 21,7 milhões. Houve uma melhora de 2%, comparados com exercício anterior.

O exercício de 2015 será um ano difícil para a maioria das empresas brasileiras. **O GRUPO SULTEPA** acredita e reforça a atenção especial à produtividade das obras em andamento e a eficiência dos negócios, permitindo assim que a companhia cresça com maior solidez.

4. MERCADO DE CAPITAIS:

As ações preferenciais da SULTEPA em 2014, apresentaram uma desvalorização na ordem de 59,02% em comparação com 2013. Movimentaram R\$ 1.078 milhões em 1.209 negócios no período. As ações continuam sendo negociadas na BM&FBovespa.

Ressaltamos, no entanto, acreditamos numa recuperação das ações para os próximos exercícios, uma vez que se encontram com valor muito baixo para uma empresa do porte do **GRUPO SULTEPA**.

5. SUSTENTABILIDADE:

O GRUPO SULTEPA, no exercício de 2014, manteve a atuação da Gestão Ambiental de forma que a empresa e seus colaboradores demonstram crescente interiorização de conceitos importantes no tocante à questão ambiental, melhorando a gestão de resíduos, recuperando áreas mineradas e melhorando a qualidade ambiental de suas obras e unidades fixas.

Quanto à recuperação ambiental de áreas mineradas, em 2014 foram mantidas as atividades de roçada, adubação e reposição de mudas nas áreas de recuperação ambiental das pedreiras. Houve também a ampliação das áreas de plantio com a introdução de mais 712 mudas na pedreira de Estância Velha RS.

O GRUPO SULTEPA, também tem dado continuidade às parcerias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental das localidades onde atua, de forma que a interação com a sociedade seja sempre benéfica. Com este intuito, participou novamente com a doação de mudas para a Semana do Meio Ambiente e do Projeto Estância Viva realizados no Município de Estância Velha por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMAPE).

Quanto aos resíduos sólidos, a empresa manteve a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais (PGRS) na unidade de Estância Velha atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos, focando na redução da geração de resíduos e mantendo as boas práticas de gerenciamento, armazenamento e descarte final de resíduos sólidos.

No tocante às atividades minerais, o GRUPO SULTEPA através da pesquisa e prospecção permite a descoberta de recursos naturais para futura exploração economicamente viável e ambientalmente sustentável, retornando para a sociedade geração de emprego, renda e impostos, além de contribuir para um melhor reconhecimento geológico do subsolo brasileiro.

6. RECURSOS HUMANOS E PROJETOS SOCIAIS:

O **GRUPO SULTEPA**, encerrou o exercício de 2014 com efetivo de 503 colaboradores. Por conta do processo de reestruturação, houve uma redução de 46,02%.

O mais significativo foi na folha de pagamento, que reduziu 32,12%, justificados pela redução dos cargos em todos os setores.

A redução dos investimentos foi na ordem de 62,3%. Foram mantidos somente investimentos nas sedes das obras em equipamentos que fossem de extrema importância, gestão e melhorias das obras em andamento.

7. PERSPECTIVAS PARA 2015:

Em níveis federais, espera-se que as obras previstas do PAC sejam liberadas para a execução dos projetos, cujos recursos se acham retidos tanto quanto os das obras. Requerem-se também, que ocorram modificações no LDO para que entrem na lei os recursos destinados ao planejamento e a projetos.

Os investimentos em infraestrutura que o Governo Federal deverá implementar, através de concessões ou PPPs, não foram consolidados em 2014, espera-se que no segundo semestre de 2015 e no exercício de 2016, sejam concretizados.

O setor de saneamento, um dos focos de atuação da Companhia, e de vital importância para o povo brasileiro, merece destaque e atenção especial por parte dos Governos, tanto Federal como Estaduais e Municipais.

Em que pese o esforço e a estruturação de níveis de controle de gastos requer muita dedicação, alcançável mediante a execução das etapas pré-estabelecidas no programa estratégico, as quais estão em pleno curso e desenvolvimento na Companhia.

Na projeção para 2015 alinha-se a mesma postura adotada ao longo de 2014, ou seja, acredita-se num provável redirecionamento para as obras de infraestruturas que se encontram paralisados.

A atual conjuntura econômica leva a diretoria da Companhia a trabalhar sob a expectativa de retomada do crescimento em 2016, momento temporal que contará com câmbio mais estável, maior aporte de investimentos e, principalmente a evolução dos níveis de controles internos que paulatinamente continuarão a ser concretizados no **GRUPO SULTEPA**.

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:

Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que nossos auditores independentes, a **UHY Moreira Auditores** não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

10. AGRADECIMENTO:

O GRUPO SULTEPA, manifesta aqui nossos mais sinceros agradecimentos aos nossos acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, comunidades em geral e em especial, aos nossos colaboradores pelos esforços, comprometimento, compreensão e apoio recebidos no decorrer de 2014.

Porto Alegre, 03 de Setembro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2014

TOTAL

ATIVO CIRCULANTE	<u>61.381.317,93</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	367.188,66
Créditos a Receber de Clientes	15.623.119,33
Provisão para devedores Duvidosos	(5.465.458,17)
Impostos a Recuperar	2.575.497,90
Partes Relacionadas	343.076,07
Outras Contas a Receber	12.673.146,76
Operações com Consórcios	31.851.945,60
Estoques	3.412.801,78
NÃO CIRCULANTE	<u>1.459.683.457,07</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>983.407.027,21</u>
CRÉDITOS	<u>983.407.027,21</u>
Partes Relacionadas	184.268.822,56
Depósitos Judiciais e Compulsórios	6.069.446,99
Outras Contas a receber	13.349.361,31
Créditos a Receber	768.159.048,26
Ativo Fiscal Diferido	0,00
Imóveis destinados à venda	1.637.063,83
Outros Investimentos	106,94
Operações com Consórcios	9.923.177,32
INVESTIMENTOS	<u>321.089.762,69</u>
Participações em Controladas	315.909.232,52
Participações em Coligadas	5.180.530,17
IMOBILIZADO	<u>155.186.667,17</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.521.064.775,00</u>

	TOTAL
PASSIVO	
CIRCULANTE	<u>241.050.669,16</u>
Fornecedores	7.760.259,26
Instituições Financeiras	62.387.888,22
Debêntures	31.365.217,04
Impostos e Contrib.Sociais a Pagar	38.349.022,82
Obrigações Sociais a Pagar	10.241.127,92
Dividendos a Pagar	2.527.954,54
Credores Diversos	18.222.174,68
Provisão de Férias	2.041.849,17
Títulos a Pagar	41.867.665,13
Partes Relacionadas	0,00
Parcelamento Especial Lei 11.941/09	22.851.297,38
Parcelamento Especial Lei 12.996/14	700.074,91
Operações com Consórcios	2.736.138,09
NÃO CIRCULANTE	<u>780.016.797,19</u>
Instituições Financeiras	23.905.442,19
Debêntures	50.490.349,35
Impostos e Contrib.Sociais a Pagar	3.632.252,17
Obrigações Sociais a Pagar	231.094,30
Tributos Diferidos	228.247.829,67
Parcelamento Especial Lei 11.941/09	131.691.607,67
Parcelamento Especial Lei 12.996/14	12.547.793,76
Títulos a Pagar	13.538.938,99
Partes Relacionadas	165.363.012,80
Credores Diversos	65.461.543,33
Provisão Passivos Contingentes	51.357.699,90
Provisão p/ perda de Investimento	6.470.690,92
Provisão p/Reflorestamento de Jazidas	2.916.287,53
Operações com Consórcios	24.162.254,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>499.997.308,65</u>
CAPITAL SOCIAL	<u>291.697.208,10</u>
Capital Subscrito e Integralizado	291.697.208,10
RESERVA DE REAVLIAÇÃO	<u>62.346.438,67</u>
Reserva de Reavaliação Ativos Próprios	70.365.555,60
Reserva de Reavaliação - Coligadas	15.905.172,00
Provisão de Impostos s/Reavaliações	(23.924.288,93)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	<u>40.069.311,00</u>
Ajuste Aval. Patrim. - Ativos Próprios	34.489.212,83
Ajuste Aval. Patrim. - Coligadas	17.312.513,56
Provisão de Impostos s/Aval..Patrim.	(11.732.415,39)
RESERVA DE LUCROS	<u>96.889.395,09</u>
Reserva Legal	86.334,89
Reserva de Lucros a Realizar	54.321.297,80
Reserva para Aumento de Capital	42.481.762,40
Reserva para Investimento e Cap. De Giro	0,00
LUCROS ACUMULADOS	<u>8.994.955,79</u>
Participação de não controladores	
TOTAL DO PASSIVO	<u>1.521.064.775,00</u>
	0,00

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO de 2014**

TOTAL

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	<u>115.393.483,70</u>
Receitas de Obras p/Empreitada	42.084.292,48
Receitas com Vendas de materiais	20.210.594,32
Receitas com Consórcios	40.906.470,10
Receitas com Locações	12.192.126,80
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	<u>(8.474.536,59)</u>
Impostos	(8.474.536,59)
RECEITA LÍQUIDA	<u>106.918.947,11</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	<u>(105.105.446,76)</u>
Custos com Obras por Empreitada/Vendas	(105.105.446,76)
LUCRO BRUTO	<u>1.813.500,35</u>
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(22.100.237,54)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(49.324.125,62)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	27.223.888,08
RESULTADO DE EQUIV. PATRIMONIAL	6.240.815,33
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(14.045.921,86)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>18.739.205,20</u>
Despesas Financeiras	(67.583.345,46)
Receitas Financeiras	86.322.550,66
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	<u>4.693.283,34</u>
IRPJ e Contribuição Social Corrente	<u>(1.300.747,92)</u>
IRPJ e Contribuição Social Diferido	<u>(17.460.256,97)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(14.067.721,55)</u>

Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31/12/2014

Em reais

	TOTAL
Receitas	103.857.789,55
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	115.393.483,70
Outras receitas/despesas	27.223.888,08
Perdas com créditos de liquidação duvidosa – reversão/(constituição)	(38.759.582,23)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	85.569.257,37
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	43.412.290,67
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	42.156.966,70
Outras (especificar)	0,00
Valor adicionado bruto	18.288.532,18
Depreciação, amortização e exaustão	7.623.146,48
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	10.665.385,70
Valor adicionado recebido em transferência	92.563.365,99
Resultado de equivalência patrimonial	6.240.815,33
Receitas financeiras	86.322.550,66
Valor adicionado total a distribuir	103.228.751,69
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal e encargos	23.134.503,94
Remuneração direta	18.619.868,50
Benefícios	3.072.100,10
FGTS	1.442.535,34
Impostos, taxas e contribuições	23.464.059,23
Federais	21.292.213,75
Estaduais	719.802,00
Municipais	1.452.043,48
Remuneração de capitais de terceiros	70.697.910,06
Juros e variações monetárias	67.582.607,75
Aluguéis	3.115.302,31
Outras	0,00
Remuneração de Capitais Próprios	(14.067.721,54)
Participação dos não controladores	0,00
Lucros retidos	(14.067.721,54)
Valor adicionado distribuído	103.228.751,69

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto para o exercício findo em 31/12/2014

Em reais

	TOTAL
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	(14.067.721,55)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Participação dos não controladores	
Depreciação, amortização e exaustão	7.623.146,47
Provisão (reversão) de provisões	16.358.862,21
Resultado de equivalência patrimonial	(6.240.815,33)
Custo do imobilizado e investimentos baixados ou vendidos	99.472,12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.195.611,02
Despesas de juros - Financiamento	26.214.408,96
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	0,00
Receita com juros sobre créditos a receber	(79.895.377,73)
	(32.712.413,83)
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	53.758.126,33
(Aumento) redução dos estoques	(612.545,37)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(594.338,49)
(Aumento) redução de devedores diversos	(70.949,11)
Aumento (redução) de fornecedores	(3.919.639,79)
Aumento (redução) dos impostos, contrib. e obrigações sociais a pagar	5.951.393,53
Operações c/ Consórcios	(16.729.246,85)
Aumento (redução) de credores diversos	20.192.136,52
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(10.756.003,32)
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	13.477.567,97
	60.696.501,42
Caixa proveniente das operações	27.984.087,59

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição/Baixa de investimento	1.207.005,57
Dividendos a receber	0,00
Aquisição de imobilizado	<u>(1.022.096,43)</u>
Aquisição de diferido	
Aquisição de ações próprias	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	184.909,14

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Pagamento de debêntures	0,00
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00
Mútuos com partes relacionadas	(21.172.296,38)
Captações de empréstimos/financiamentos (principal)	42.962.177,18
Amortização de principal e juros de financiamentos	(50.842.236,73)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	(29.052.355,93)

Aumento no caixa e equivalentes de caixa **(883.359,20)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.250.547,86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	367.188,66

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa **(883.359,20)**
(0,00)

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Construtora Sultepa S.A. (a “Companhia”) e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa.

Diante da atual situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração está tomando algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações.

A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos.

Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio.

Debêntures: conforme as premissas acima elencadas, a Companhia liquidou a 1ª emissão (2ª série) em abril de 2013 e apresentou proposta de repactuação para 3ª emissão na AGD em 02/10/2013. As dívidas com os debenturistas estão sendo novamente renegociadas e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas.

As dívidas mantidas com as Instituições Financeiras estão na pauta das renegociações e foram apresentadas propostas de repactuação, de acordo com o fluxo de caixa projetado, e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas.

As demais obrigações também estão na pauta de negociações, para o alongamento dos prazos.

A alta administração entende que com as medidas acima elencadas, conseguirá em um curto prazo, aumentar a rentabilidade e compatibilizar o seu fluxo financeiro consolidado e manter a continuidade de suas operações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 BASE PARA PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a.1) Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

Sociedade	Percentual de participação			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	95,00	-	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (*)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	68,13	-	68,13

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada.

(*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos.

2.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8 ESTOQUES

Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.9 IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

2.10 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

2.11 IMPAIRMENT de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes.

2.13 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 PROVISÕES

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 CAPITAL SOCIAL

As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.19 Arrendamento Mercantil (leasing)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

2.20 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

2.21 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB . A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.22 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA

As Demonstrações do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 – Evento Subsequente conforme NBC TG 24

“Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.”

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras no dia 03 de Setembro de 2015.

No dia 03 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

2.24 - Medida Provisória nº 627 de 11 de Novembro de 2013, Convertida na Lei 12.973 de 13/05/2014

Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de Novembro de 2013 a Medida Provisória – MP nº 627, que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que “Alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.”

A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

A referida MP deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. A Administração da Companhia, entende que não haverá impactos relevantes para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não a adotando no ano-calendário 2014.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	6	6	6	6
Depósitos bancários	2	191	349	638
Aplicações liq. Imediata/Fdo.Investimentos	3	472	12	607
Total	11	669	367	1.251

5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Governo Federal	384	1.189	3.734	56.907
Governos Estaduais	1.017	1.166	5.815	5.570
Governos Municipais	594	607	2.335	4.234
Clientes Privados	1.630	1.627	3.739	2.889
(-) Prov.Devedores Duvidosos	(2.466)	(2.553)	(5.465)	(5.684)
Total	1.159	2.036	10.158	63.916

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do período	2.553	1.786	5.684	4.354
Adições/reversões	(87)	767	(219)	1.330
Saldo no final do período	2.466	2.553	5.465	5.684

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
A vencer	483	1.714	7.507	57.646
Vencidos até 30 dias	196	313	1.030	5.590
Vencidos até 60 dias	583	37	745	181
Vencidos até 90 dias	270	18	326	233
Vencidos há mais de 90 dias	2.093	2.507	6.015	5.950
Total	3.625	4.589	15.623	69.600

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER/ADIANTAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Devedores Diversos	1.896	1.796	250	250
Adiantamentos Diversos	336	301		
Outros Créditos	2.416	679		-
Total	4.648	2.776	250	250

A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

Descrição	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Devedores Diversos	1.896	1.796	4.307	3.654
Adiantamentos Diversos	7.267	4.441	-	-
Cauções e Retenções	360	987	700	700
Aplicações a Curto Prazo	156	398	3	-
Outros Créditos	2.994	797	8.340	898
Total	12.673	8.419	13.350	5.252

7. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Matéria prima	2.415	1.366	2.795	2.007
Peças de reposição	152	164	243	268
Combustíveis e Lubrificantes	89	102	175	236
Outros	74	147	200	289
Total	2.730	1.779	3.413	2.800

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Imposto de Renda e CSLL	-	31	961	940
PAES	170	162	202	194
INSS	86	86	1.334	1.192
Outros	48	13	78	44
Total	304	292	2.575	2.370

9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Direitos Creditorios União (a)	277.670	253.222	626.969	571.766
Precatório Sinicon (b)	68.000	61.609	68.000	61.609
Precatórios União (c)	64.075	47.197	69.478	51.177
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.433	3.432	3.712	3.712
Total	413.178	365.460	768.159	688.264

a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça:

A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unânime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória.

Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no inciso V do art.485 do CPC: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório.

Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos.

b) Precatório Sinicon x União Federal

Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos.

c) Precatórios a receber da União Federal

Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil.

d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura.

Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.

Os seguintes valores relativos aos créditos a receber – não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

Descrição	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
Direitos Creditorios União (a)	81.855	81.855
Precatório Sinicon (b)	68.000	68.000
Precatórios União (c)	61.603	65.199
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.433	3.433
Total	214.891	218.487

- a) Garantia concedida aos debenturistas.
- b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas.
- c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22.
- d) Garantia em dívidas com a União Federal.

10. IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé da controladora e Pedra Redonda da controlada Pedrasul Construtora S.A., registrados no Ativo Não Circulante com os valores de R\$ 87 e R\$ 1.550 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos com partes relacionadas:

CONTROLADORA EMPRESAS	Passivo	
	Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013
Pedrasul Construtora S/A	37.620	31.758
Sultepa Constr e Com Ltda	42.951	44.151
Total	80.571	75.909

CONSOLIDADO EMPRESAS	Ativo				Passivo	
	Circulante		Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Sultepa Participações S.A	-	-	23.597	20.939	-	-
Portella Nunes Partic. S.A	-	-	8.122	8.884	-	-
Controle em Conjunto	-	-	8.397	-	35.437	31.879
Outros	343	343	14.227	1.612	-	1.822
Total	343	343	54.343	31.435	35.437	33.701

Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2016.

As controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepa Construções e Comércio Ltda, possuem créditos a receber das controladoras da Companhia Sultepa Participações S/A e Portella Nunes Participações S/A no montante de R\$ 31.719, classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras.

b) Remuneração do pessoal-chave:

A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	248	863	571	1.498
Outros benefícios (despesas c/ assistência médica e seguro de vida)	12	35	21	35
Total	260	898	592	1.533

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

Movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Participações em controladas/coligadas	299.006	292.523	4.159	4.406
Recebimento de lucros/dividendos	(1.736)	(624)	-	-
Transferência	-	-	1.643	-
Equivalência patrimonial	14.820	7.107	(622)	(247)
Saldo	312.090	299.006	5.180	4.159

Descrição	Controladas		
	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. e Com. Ltda	Sulbrape Constr Ltda
Capital social	70.500	91.000	300
Patrimônio líquido ajustado	187.739	121.152	9.415
Resultado do período	4.457	10.493	-
Participação %	99,63	99,95	42,00

Controladas/Coligada	31.12.2014			Total	31.12.2013
	Pedrasul Const.S.A	Sultepa Constr e Com. Ltda	Sulbrape Ltda		
Saldo inicial	184.625	110.603	3.778	299.006	292.523
Recebimento de dividendos	(1.736)	-	-	(1.736)	(624)
Equivalência Patrimonial	4.156	10.488	176	14.820	7.107
Saldo Final	187.045	121.091	3.954	312.090	299.006

13. IMOBILIZADO

CONTROLADORA

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2013	80.883	13.744	5.272	865	100.764
Adições	-	2	-	812	814
Baixas/transferências	-	806	-	(806)	-
Depreciações	(1.601)	(2.650)	(390)	(194)	(4.835)
Saldos em 31.12.2014	79.282	11.902	4.882	677	96.743

CONSOLIDADO

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2013	133.722	17.698	6.441	4.026	161.887
Adições	-	119	-	903	1.022
Baixas/transferências	-	806	-	(905)	(99)
Depreciações	(2.080)	(4.270)	(950)	(323)	(7.623)
Saldos em 31.12.2014	131.642	14.353	5.491	3.701	155.187

a) Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	71.720	124.080
Máquinas e Equipamentos	11.902	14.353
Veículos	4.882	5.491
Total	88.504	143.924

b) Bens Reavaliados

As contas de imobilizado incluem R\$ 74.364 (R\$ 96.999 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31 de dezembro de 2014, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou neste exercício, conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado.

c) Direitos de lavra

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliadas, nas datas conforme item (b) acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R\$ 76.410 (consolidado - R\$ 128.119). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R\$ 14.746 (consolidado - R\$ 30.359).

14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	33.318	34.894	5.385	2.030
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	1.531	1.362	15	114
Total		34.849	36.256	5.400	2.144

Descrição	Encargos	CONSOLIDADO			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	57.938	54.230	23.743	21.529
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	4.352	3.393	162	959
Leasing (c)	1,36% a.m.;	98	104	-	-
Total		62.388	57.727	23.905	22.488

Descrição	CONTROLADORA	
	CAPITAL DE GIRO	FINAME
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
Vencidos - 31/12/2014	28.936	1.442
A vencer - 31/12/2015	4.382	89
A vencer - após 01/01/2016 até 2018	5.385	15
Total	38.703	1.546

Descrição	CONSOLIDADO		
	CAPITAL DE GIRO	FINAME	LEASING
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Vencidos - 31/12/2014	41.434	3.362	98
A vencer - 31/12/2015	16.504	990	-
A vencer - após 01/01/2016 até 2018	23.743	162	-
Total	81.681	4.514	98

(a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31 de dezembro de 2014, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R\$ 30.378 e R\$ 44.893 encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras. O vencimento final do pagamento dos empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) era em outubro 2018, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos. Os empréstimos classificados no passivo não circulante não foram reclassificados para o passivo circulante, uma vez que não existe a liquidação antecipada das parcelas vincendas.

(b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens e vencimento final em 2016, na controladora e consolidado, respectivamente.

(c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R\$ 98, encontram-se vencidos no consolidado e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras.

15. CREDORES DIVERSOS

Controladora

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Prestadores de Serviços	4.080	3.122	-	-
Subempreiteiros	398	558	-	-
Transportadores	531	527	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	58.485	41.928
Outros	16	40	3.607	208
Total	5.025	4.247	62.092	42.136

Consolidado

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Prestadores de Serviços	11.167	13.824	-	-
Subempreiteiros	3.242	2.228	-	-
Transportadores	3.492	3.837	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	58.485	41.928
Outros	321	267	6.977	1.407
Total	18.222	20.156	65.462	43.335

- a) Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

16. TÍTULOS A PAGAR

Controladora

Descrição	Passivo			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Betunel Ind. e Com. Ltda	30.438	26.751	-	-
Greca Distrib. Asfaltos	2.176	1.635	-	-
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	337	-	-
Com.Combustíveis Luster	1.885	891	4.068	3.564
Outros	1.470	661	926	298
Total	36.306	30.275	4.994	3.862

Consolidado

Descrição	Passivo			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Betunel Ind. e Com. Ltda	31.107	26.751	2.842	-
Greca Distrib. Asfaltos	4.111	2.638	1.525	1.816
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	337	-	-
Com.Combustíveis Luster	3.564	1.685	7.692	6.740
Outros	2.749	1.609	1.480	353
Total	41.868	33.020	13.539	8.909

Os títulos a pagar tratam-se das novações de dívidas com os principais fornecedores da Companhia e suas controladas.

Em 31 dezembro de 2014, o saldo mantido com a Betunel Ind. e Com. Ltda. está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a, conforme acordo firmado. Para garantia da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A. detêm junto ao DNIT, conforme nota explicativa nº 9.

17. FORNECEDORES

O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 2.422 (consolidado - R\$ 7.760). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - resultado do exercício

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R\$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado no resultado consolidado R\$ 1.300 como tributo corrente.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de dezembro de 2014, foram registrados no resultado da controladora o montante de R\$ 8.342 e no consolidado o montante de R\$ 17.460, como tributos diferidos.

Descrição	Lucro real			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes dos impostos	(9.107)	(16.478)	(2.451)	(4.608)
Equivalência patrimonial	(14.820)	(7.107)	622	2.869
Demais adições/exclusões	48.462	41.643	56.534	46.733
Base de cálculo	24.535	18.058	54.705	44.994
Imposto de renda e contrib.social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contrib.social diferido	(8.342)	(6.140)	(18.600)	(15.298)
Imposto de renda e contrib.social corrente - lucro presumido	-	-	(1.300)	(823)
Imposto de renda e contrib.social diferido - lucro presumido	-	-	1.140	(1.038)
Total	(8.342)	(6.140)	(18.760)	(17.159)

19. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

a. LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2014 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento.

A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

	Controladora	Consolidado
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2013	143.464	147.302
(+) Atualização monetária pela taxa Selic	6.970	7.241
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2014	150.434	154.543
Passivo Circulante	20.929	22.851
Passivo Não Circulante	129.505	131.692

Parcelas compensadas

Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	44.353	45.665
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	17.240	19.523
Total compensado até 31 de dezembro de 2014	61.593	65.188

b. LEI Nº 12.996/2014

De acordo com a Lei nº 12.996/2014, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamentos Simplificados, Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e suas controladas. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas.

CONTROLADORA	CP	LP
PGFN - Demais Débitos Previdenciários	51	402
PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários	144	762
RFB - Demais Débitos Não Previdenciários	0	0
(-) Pagamentos Efetuados	(111)	0
TOTAL	84	1.164

CONSOLIDADO	CP	LP
PGFN - Demais Débitos Previdenciários	2.026	7.728
PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários	249	1.281
RFB - Demais Débitos Não Previdenciários	664	3.539
(-) Pagamentos Efetuados	(2.239)	0
TOTAL	700	12.548

20. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no CPC 32 e deliberação CVM 599/2009.

Tributos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	30.12.2014	31.12.2013
Direito creditório/precatório	342.869	310.557	688.471	615.639
Reserva de reavaliação	46.194	48.747	70.365	72.918
Ajuste de aval. patrimonial	8.191	8.689	34.488	35.483
Saldo	397.254	367.993	793.324	724.040
(-) Comp. Prejuízo fiscal	(50.555)	(46.688)	(125.277)	(113.087)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	346.699	321.305	668.047	610.953
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	117.878	109.244	227.136	207.724
IRPJ E CSLL S/PRESUMIDO	-	-	24	1.385
PIS E COFINS	73	3.907	1.088	6.998
Total	117.951	113.151	228.248	216.107

b

21. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Companhia, estão demonstradas a seguir:

Emissão	PASSIVO				Vencimentos	Encargos	Garantias
	Circulante		Não Circulante				
	Controladora/Consolidado 31.12.2014	Controladora/Consolidado 31.12.2013	Controladora/Consolidado 31.12.2014	Controladora/Consolidado 31.12.2013			
3ª Emissão	31.365	18.863	50.490	50.735	15.12.2022	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
Total	31.365	18.863	50.490	50.735			

- Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas.

Os valores, no passivo circulante da controladora e do consolidado, encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com os debenturistas. O vencimento final do pagamento das debêntures (controladora e consolidado) era em dezembro de 2022, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Imposto Corrente	16.528	12.210	-	-
IRRF	1.884	1.243	-	-
PIS/COFINS	3.896	2.011	-	-
INSS/FGTS	9.473	7.213	-	-
OUTROS	1.275	1.743	-	-
Parcelado	10.868	9.551	-	2.657
IRRF	607	1.368	-	-
PIS/COFINS	1.865	2.550	-	-
IRPJ/CSLL	9	-	-	-
INSS/FGTS	7.747	5.370	-	2.474
OUTROS	640	263	-	183
TOTAL	27.396	21.761	-	2.657

Descrição	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Imposto Corrente	24.562	19.104	-	-
IRPJ/CSLL	750	-	-	-
IRRF	2.578	1.945	-	-
PIS/COFINS	4.524	2.479	-	-
INSS/FGTS	13.727	11.107	-	-
OUTROS	2.983	3.573	-	-
Parcelado	13.787	14.691	3.632	18.058
IRPJ/CSLL	211	405	204	1.072
IRRF	713	1.666	319	883
PIS/COFINS	2.024	3.453	563	2.733
INSS/FGTS	10.188	8.743	2.546	12.923
OUTROS	651	424	-	447
TOTAL	38.349	33.795	3.632	18.058

a) Em agosto de 2012, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10 de setembro de 2012, através de Decisão Judicial, a Companhia obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

b) Parcelas compensadas

Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa nº 9.

	<u>Controladora</u>
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	118
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária	491
Total compensado até 31 de dezembro de 2014	<u>609</u>

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa Selic.

23. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reforestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2013	17.060	2.080	2.678	653	1.549	24.020
(+) Novos processos/complementos e atualizações	3.601	56	8.281	2	-	11.940
(-) Reversões e pagamentos	-	-	-	-	-	-
(=)Saldos em 31.12.2014	20.661	2.136	10.959	655	1.549	35.960

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reforestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2013	20.660	3.952	10.388	3.320	2.916	41.236
(+) Novos processos/complementos e atualizações	4.558	2.936	12.522	1.068	-	21.084
(-) Reversões e pagamentos	(1.961)	(1.597)	(100)	-	-	(3.658)
(=)Saldos em 31.12.2014	23.257	5.291	22.810	4.388	2.916	58.662

Características dos montantes:

Processos cíveis – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

Processos trabalhistas - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

Processos tributários – referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

Passivo solidário – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda, CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroeste Bioenergética S.A.

Provisões perda Possível - A administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.

Provisão para Reflorestamento de Jazida – Foi constituída no valor de R\$ 1.549 na controladora e R\$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

24. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

Consórcio Conesul: a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Construtor do Sul: a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

Consórcios PSP, SPP e SPP1: a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS, sendo que os contratos PSP e SPP estão sendo encerrados.

Consórcio Corredor Padre Cacique: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Sultepa/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

Consórcio Pelotense/Pedrasul: a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 15%, na execução das obras do Projeto Crema, na restauração e melhorias na BR 287.

Consórcio Sultepa/Convap: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

Consórcio Ferroviário Brasileiro: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

Consórcio Constran/Egesa/Pedrasul/Estacon/Cmt (Fiol): a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 13,97%, na execução das obras da ferrovia de integração oeste leste FIOL/BA – lote 6. Atualmente este consórcio está paralisado.

Consórcio Sultepa/CBM: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

Consórcio BRT Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves – trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio BRT Protásio Alves: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves – trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmiento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio TBS: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av.Padre Cacique/Av.Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) – trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Viaduto Pinheiro Borda: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Beira Rio: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda, participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Santa Maria: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª.etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS.

Consórcio Nova Bento: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS.

Consórcio Travessia: a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 97% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais na BR/158 e BR/287 (Travessia Urbana de Santa Maria).

Os quadros abaixo, com as movimentações de consórcios , evidenciam e comprovam que os resultados apurados são irrelevantes no período, porque os mesmos foram ou estão sendo finalizados . A maioria destas obras estavam vinculadas as obras municipais da copa de 2014.

CONTROLADORA

	31.12.2014			31.12.2013		
	Conesul	CCS	TOTAL CONTROLADORA	Conesul	CCS	TOTAL CONTROLADORA
BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO						
CIRCULANTE	-	173	173	-	173	173
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO	180	2	182	180	2	182
	180	175	355	180	175	355
PASSIVO						
CIRCULANTE	-	18	18	-	18	18
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-
RESULTADOS ACUMULADOS	180	157	337	180	157	337
	180	175	355	180	175	355

CONSOLIDADO

31.12.2014																			
	Conesul	OCS	PSR/SP/SP PI	Cons. Pelot.	Cons. Sultepa/ Convap	Cons. Sultepa/ Pedrasul A e B	Constran/En gesa/Pedra sul/Estacon/ CMT	Cons. Padre Cacique	Cons. Ferrov. Brasileiro	Cons. CBM	Cons. Beira Rio	Cons. Nova Bento	Cons. BRT Bento	Cons. BRT Protásio	Cons. Pinheiro Borda	Cons. TBS	Cons. Santa Maria	Cons. Travessia	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL																			
ATIVO																			
CIRCULANTE	1	187	-	-	391	4	1	610	627	1.346	459	2.421	580	1.029	2.424	1.564	-	20.207	31.851
NÃO CIRCULANTE	-	104	1.321	1.163	-	5.084	-	405	-	-	-	-	-	1	-	1.500	-	345	9.923
IMOBILIZADO	180	2	-	-	26	-	-	-	3	-	3	-	1	-	5	17	-	-	237
	181	293	1.321	1.163	417	5.088	1	1.015	630	1.346	462	2.421	581	1.030	2.429	3.081	-	20.552	42.011
PASSIVO																			
CIRCULANTE	-	19	-	-	181	1.102	-	141	587	66	20	236	49	108	96	76	-	55	2.736
NÃO CIRCULANTE	-	14	829	272	3.517	5.170	958	3.328	315	50	1.291	2.519	575	1.127	972	1.834	442	1.230	24.162
RESULTADOS ACUMULADOS	181	260	492	891	(3.281)	(1.184)	(957)	(2.454)	(272)	1.230	(849)	(334)	(43)	(205)	1.361	1.171	(442)	19.267	15.113
	181	293	1.321	1.163	417	5.088	1	1.015	630	1.346	462	2.421	581	1.030	2.429	3.081	-	20.552	42.011
RESULTADO DO EXERCÍCIO																			
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	663	-	-	4.782	-	3.828	1.260	371	5	27	5.344	1.557	1.746	19.537	39.120
CUSTO OPERACIONAL	-	-	(6)	-	(501)	(215)	-	(7.347)	(39)	(2.870)	(1.576)	(204)	(9)	(34)	(4.450)	(394)	(517)	(615)	(18.777)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1)	-	(1)	-	(21)	(221)	-	(14)	(13)	-	(2)	-	-	-	(5)	(1)	-	-	(279)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1)	-	(7)	-	141	(436)	-	(2.579)	(52)	958	(318)	167	(4)	(7)	889	1.162	1.229	18.922	20.064

31.12.2013																			
	Conesul	OCS	PSR/SP/SP PI	Cons. Pelot.	Cons. Sultepa/ Convap	Cons. Sultepa/ Pedrasul A e B	Constran/En gesa/Pedra sul/Estacon/ CMT	Cons. Padre Cacique	Cons. Ferrov. Brasileiro	Cons. CBM	Cons. Beira Rio	Cons. Nova Bento	Cons. BRT Bento	Cons. BRT Protásio	Cons. Pinheiro Borda	Cons. TBS	Cons. Santa Maria	Cons. Travessia	TOTAL CONSOLIDADO
BALANÇO PATRIMONIAL																			
ATIVO																			
CIRCULANTE	1	187	8	-	121	4	1	2.976	675	1	1.934	2.136	578	1.004	3.423	918	-	-	13.967
NÃO CIRCULANTE	-	104	1.321	1.163	-	5.096	115	-	-	-	69	-	-	1	585	946	29	482	9.911
IMOBILIZADO	180	2	-	-	38	-	-	-	6	-	4	-	1	-	6	22	-	-	259
	181	293	1.329	1.163	159	5.100	116	2.976	681	1	2.007	2.136	579	1.005	4.014	1.886	29	482	24.137
PASSIVO																			
CIRCULANTE	-	19	-	-	115	897	-	350	585	-	110	182	29	50	442	43	-	-	2.822
NÃO CIRCULANTE	-	14	830	272	3.261	5.182	-	2.977	326	-	2.229	2.193	502	1.035	2.509	1.577	-	-	22.626
RESULTADOS ACUMULADOS	181	260	499	891	(3.217)	(979)	116	(351)	(230)	1	(332)	(239)	48	(80)	1.063	266	29	482	(1.311)
	181	293	1.329	1.163	159	5.100	116	2.976	681	1	2.007	2.136	579	1.005	4.014	1.886	29	482	24.137
RESULTADO DO EXERCÍCIO																			
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-	-	187	-	-	4.847	-	-	3.159	2.013	710	1.603	3.895	3.250	-	-	19.664
CUSTO OPERACIONAL	-	-	(19)	-	(461)	(8)	-	(5.118)	(66)	(9)	(3.539)	(1.343)	(679)	(1.100)	(3.842)	(2.554)	-	-	(18.738)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1)	-	(504)	-	(29)	(171)	-	(9)	(74)	10	(8)	(2)	(14)	(10)	(14)	(14)	-	-	(840)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1)	-	(523)	-	(303)	(179)	-	(280)	(140)	1	(388)	668	17	493	39	682	-	-	86

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280

Total	12.600.000

b) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação está classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

26. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

27. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	(10.372)	(7.077)	(13.444)	(9.173)
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	(1,38)	(1,38)	(1,80)	(1,80)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

b) Práticas contábeis significativas – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2.

c) Categorias dos instrumentos financeiros - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	11	669	367	1.251
Clientes	1.159	2.036	10.158	63.916
	1.170	2.705	10.525	65.167
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	122.104	107.998	168.148	149.813
	122.104	107.998	168.148	149.813

d) Risco de crédito - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantêm um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Risco de mercado – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC.

Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução.

Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e conseqüentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços.

É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional.

f) Risco de liquidez - Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures.

A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados nas notas explicativas nº14 e 21:

Descrição	Controladora	Consolidado
	31.12.2014	31.12.2014
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
Vencidos	30.378	44.893
Vencimento até 31/12/2014	771	5.928
Vencimento até 31/12/2018	9.100	35.472
	40.249	86.293
DEBÊNTURES		
Vencidos	31.365	31.365
Vencimento até 31/12/2022	50.490	50.490
	81.855	81.855

29. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro referem-se a veículos e seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada	
		31.12.2014	31.12.2013
Veículos	Total	1.800	2.821
Execução de Obras	Garantia	30.663	2.520
Total		32.463	5.341

30. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.802	24.935	103.857	164.478
Receitas de Obras p/Empreitada	2.427	4.238	42.085	124.666
Receitas com Vendas de materiais	5.206	7.031	20.210	18.738
Receitas com Consórcios	-	-	40.907	20.802
Receita com Locação de Equipos	12.169	13.666	655	272
IMPOSTOS	(2.014)	(2.422)	(8.476)	(11.304)
RECEITA LÍQUIDA	17.788	22.513	95.381	153.174

31. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

DESPESAS POR FUNÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Custos com Obras por Empreiteira	(17.883)	(26.739)	(93.568)	(143.477)
Despesas Gerais e Administrativas	(36.210)	(24.801)	(49.324)	(41.886)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	22.967	13.514	26.942	17.019
Total	(31.126)	(38.026)	(115.950)	(168.344)

DESPESAS POR NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação e Amortização	(4.835)	(5.086)	(7.623)	(8.712)
Despesas com Pessoal	(7.352)	(13.075)	(23.135)	(40.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(41.906)	(30.767)	(112.134)	(133.193)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	22.967	10.902	26.942	13.717
Total	(31.126)	(38.026)	(115.950)	(168.344)

32. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Despesas Financeiras:				
Lei 11.941/2009 e 12.996/2014]	(6.096)	(5.783)	(6.866)	(5.845)
Atualização de debêntures	(12.257)	(9.859)	(12.257)	(9.859)
Encargos financeiros s/tributos	(2.192)	(2.806)	(4.156)	(5.390)
Encargos s/financiamentos	(4.978)	(6.003)	(13.955)	(14.591)
Juros pagos/apropriados	(16.247)	(12.821)	(13.450)	(14.216)
Demais despesas financeiras	(937)	(608)	(2.592)	(2.312)
Total	(42.707)	(37.880)	(53.276)	(52.213)
Receitas Financeiras:				
Atualização proc.trânsito julgado	31.161	28.033	63.339	54.826
Juros recebidos/apropriados	319	1.720	4.034	10.687
Descontos obtidos	617	15	4.435	25
Demais receitas financeiras	21	40	207	105
Total	32.118	29.808	72.015	65.643
RESULTADO FINANCEIRO	(10.589)	(8.072)	18.739	13.430

33. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados, Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a conseqüente revisão e redução de todas as despesas por departamento. No primeiro trimestre de 2015, a Companhia reduziu em 23,83% o seu quadro funcional, totalizando 120 funcionários no valor de R\$ 2.200.

AOS
DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
CONSTRUTORA SULTEPA S.A.
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2014, foram enviados pedidos de informação de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia e suas controladas. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações financeiras na controladora (montante de R\$ 5 mil) e no consolidado (montante de R\$ 361 mil), classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos na controladora (montante de R\$ 40.249 mil) e no consolidado (montante de R\$ 86.293 mil), classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia e suas controladas relativos a esses saldos contábeis.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Entretanto, para fins de cálculo de equivalência patrimonial do investimento da SULBRAPE LTDA. foi utilizado o balancete encerrado em 30 de setembro de 2014. Conforme o item I, do artigo 248 da Lei nº 6.404/76: o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas. O resultado da equivalência patrimonial apurado no exercício de 2014, desse investimento, considerando o balancete encerrado em 30 de setembro de 2014 foi de R\$ 176 mil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, de que diante da situação econômico-financeira que a companhia e suas controladas vêm enfrentando, a alta administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos. Neste plano operacional foi considerado um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio. Debêntures: conforme as premissas acima elencadas, a Companhia liquidou a 1ª emissão (2ª série) em abril de 2013 e apresentou proposta de repactuação para 3ª emissão na AGD em 02/10/2013. As dívidas com os debenturistas estão sendo novamente renegociadas e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. As dívidas mantidas com as Instituições Financeiras estão na pauta das renegociações e foram apresentadas propostas de repactuação, de acordo com o fluxo de caixa projetado, e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. As demais obrigações também estão na pauta de negociações, para o alongamento dos prazos. A alta administração entende que com as medidas elencadas, conseguirá em um curto prazo, aumentar a rentabilidade e compatibilizar o seu fluxo financeiro consolidado e manter a continuidade de suas operações. Além disso, conforme descrito na nota explicativa nº 33, no primeiro trimestre de 2015, a Companhia reduziu em 23,83% o seu quadro funcional, totalizando 120 funcionários no valor de R\$ 2.200 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.23, de que no dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.24, foi publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2013 a Medida Provisória – MP nº 627, convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014, que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009 e tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A referida Lei deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71.

A administração da Companhia entende que não haverá impactos relevantes para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não adotando no ano-calendário de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 413.178 mil e consolidado em R\$ 768.159 mil, em 31 de dezembro de 2014. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 214.891 mil (controladora) e R\$ 218.487 mil (consolidado). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a companhia e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31 de dezembro de 2014, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 61.593 mil (consolidado - R\$ 65.188 mil). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, apresentadas nos quadros da referida nota, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. A maioria estava vinculada as obras municipais da Copa de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 21 de maio de 2014, com as seguintes ressalvas: a) não recebimento das respostas ao processo de confirmação externa (circularização) de transações e saldos das instituições financeiras: Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2013, foram enviados pedidos de informação de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia e suas controladas. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foi recebida parte significativa das respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos significativos, notadamente, relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações financeiras, na controladora, o montante de R\$ 663 mil e, no consolidado, o montante de R\$ 1.245 mil, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos, na controladora, o montante de R\$ 38.400 mil e, no consolidado, o montante de R\$ 80.215 mil, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia e suas controladas relativos a esses saldos contábeis, para os quais a opinião foi limitada; b) não apresentação dos testes do valor recuperável de ativos "impairment" dos bens do ativo imobilizado: Não foram apresentados os testes do valor recuperável de ativos "impairment" dos bens do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, nos montantes de R\$ 100.764 mil e de R\$ 161.887 mil, controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013, principalmente, sobre os ativos denominados de imóveis com direitos de lavra, nos montantes de R\$ 77.834 mil e de R\$ 129.988 mil, controladora e consolidado, respectivamente. Não permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais das empresas e a eventual necessidade de constituição de provisão; e c) falta de análise para constituição de provisão para perdas sobre o recebimento de créditos de contratos de mútuo mantidos com controladoras indiretas: Em conformidade com a Nota nº 11(a.2) às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. possuíam créditos a receber de suas controladoras indiretas, Sultepa Participações S.A. e Portela Nunes Participações S.A., em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 29.823 mil, classificados no ativo não circulante, no consolidado, decorrentes de empréstimos de mútuo, cujos contratos não evidenciam a existência de garantias reais para o seu efetivo recebimento. A realização depende do sucesso das operações futuras das próprias controladas. Nas circunstâncias, não foi possível mensurar o adequado valor para constituição da provisão para perdas nesta data-base. E as seguintes ênfases: a) a nota explicativa nº 9 (a, b, c) às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 362.028 mil e consolidado em R\$ 684.552 mil, em 31 de dezembro de 2013. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento; b) as notas explicativas nºs 14 e 21 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, informam a existência de parcelas vencidas de contratos anteriormente já renegociados com as instituições financeiras e debêntures, no montante total de R\$ 28.565 mil (consolidado - R\$ 35.235 mil), em 31 de dezembro de 2013. As parcelas vincendas do passivo não circulante não foram transferidas para o passivo circulante, uma vez que os instrumentos contratuais não preveem o vencimento antecipado das demais parcelas; c) as notas explicativas nºs 15, 17 e 25 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, informam a existência de transações mantidas com fornecedores, prestadores de serviços, funcionários, dentre outros, que se encontram vencidas em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 8.450 mil (consolidado - R\$ 27.461 mil); d) as notas explicativas nºs 9, 19 e 22 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, informam que a Companhia e suas controladas, em 28 de fevereiro de 2012, obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo.

Em 31 de dezembro de 2013, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 54.641 mil (consolidado - R\$ 58.236 mil).

Ainda, em 31 de dezembro de 2013, existem impostos em atraso, ainda não pagos ou compensados, no montante de R\$ 21.087 mil (consolidado - R\$ 26.810 mil); e) as notas explicativas nºs 1 e 29(f) às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, apresentam os planos da Alta Administração, com relação à situação atual da Companhia e suas controladas, que vêm apurando prejuízos em suas operações e apresentando excesso de passivos sobre ativos circulantes nos encerramentos dos exercícios, resultando em deficiência significativa de capital de giro. Essas condições indicam a existência de incerteza que suscitam dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem outros ajustes em virtude dessas incertezas. Ainda, a Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. estão com todas as suas certidões negativas vencidas. O plano operacional da Administração também está consubstanciado com base no fluxo de caixa projetado dos próximos 12 meses, os quais estão fortemente impactados por ações de terceiros, cuja Companhia e suas controladas não possuem o total domínio; e f) Conforme descrito na Nota nº 2 às demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Sultepa S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2015.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRATIVO

RICARDO LINS PORTELLA NUNES

Presidente

ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA

Vice-Presidente

POMPILIO VIEIRA LOGUÉRCIO

Conselheiro

JAIME BARRIOS DA COSTA

Conselheiro

ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA

Conselheiro

DIRETORIA

RICARDO LOINS PORTELLA NUNES

Diretor Presidente e Relações com Investidores

SÉRGIO MATTOS

Diretor Administrativo e Financeiro

Carla Evonise Cristine Wick – Contadora – CRC/RS 54-404/0-7